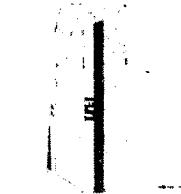


Acordo no Congresso tenta restringir ação da CPI



CORRUPÇÃO

Alarmados com os abalos na imagem do Congresso, deputados e senadores não atingidos pelo escândalo das verbas públicas articularam um acordo político que prevê a restrição das investigações da CPI do Orçamento aos 27 já denunciados, a absolvição de alguns e a retomada dos trabalhos da revisão. A discussão do acordo, feita nos bastidores da CPI, paralisou as sessões da comissão nesta semana.

Enquanto um grupo suprapartidário procurou o presidente da Câmara; Inocêncio Oliveira (PFL-PE), para organizar o reinício da revisão, os representantes dos partidos na CPI tiveram, a portas fechadas, longas discussões para delimitar a área de atuação da comissão. A decisão de recolocar o Legislativo, com a retomada da revisão, no noticiário político — e não apenas policial — contou até com o apoio do PT, partido contrário às mudanças na Carta de 1988.

Desde a semana passada, a CPI dá sinais de que pretende direcionar sua apuração apenas aos nomes listados pelo ex-diretor do Departamento de Orçamento, José Carlos Alves dos Santos. A CPI se recusou, por exemplo, a examinar a informação de que o ex-presidente José Sarney, atual senador pelo PMDB do Amapá, usufrui de serviços de empreiteiras em suas pro-

priedades particulares. As denúncias sobre o envolvimento do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PP), com a máfia do Orçamento também foram recebidas com ceticismo pelo presidente da comissão senador Jarbas Passarinho (PPR-PA).

Apesar de denunciados por Santos, alguns parlamentares considerados "de peso", como Ricardo Fiúza (PFL-PE), Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e Mauro Benevides (PMDB-CE), estão recebendo tratamento privilegiado da CPI e poderão ser poupados. Além de ter sido chamado a depor no plenário do Senado na semana passada, Fiúza foi interrogado antes que os deputados e senadores pudessem dispor de documentos sobre sua vida bancária e fiscal.

Irritação — No que depender da presidência da CPI, o deputado Ibsen Pinheiro também não deverá sofrer novos constrangimentos. O senador Passarinho adiantou na terça-feira que não julga necessário ouvir Ibsen sobre os três cheques, no valor total de US\$ 51 mil, repassados a ele pelo deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA). O presidente da CPI irritou-se com o vazamento de informações porque pretendia receber explicações de Ibsen antes de revelar a existência dos cheques. A estratégia — que contou com o apoio do PT e do PPR, mas não do PFL — visava preservar não apenas o deputado, mas sobretudo o Congresso, já que Ibsen Pinheiro foi um dos coordenadores do processo de impeachment do ex-presidente Fernando Collor.